

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS

Ata da 1ª Reunião Ordinária do CONAD
Realizada em 24 de março de 2004

1. Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, no Salão Leste situado no 2º andar do Palácio do Planalto, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, para a 1ª Reunião Ordinária do corrente ano, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas, Jorge Armando Felix, presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Titulares: Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; Getúlio Bezerra Santos, representante do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; Waldomiro Bezerra de Melo, representante do Ministério da Defesa; Lúcia Helena Lodi, representante do Ministério da Educação; Pedro Gabriel Godinho Delgado, representante do Ministério da Saúde; Zeno Holanda Costa Cavalcanti, representante do Ministério da Previdência Social; João Carlos Dias, representante da Associação Médica Brasileira; Alberto Zacharias Toron, representante Jurista; Francisco Carlos de Matos Félix, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeira/MF; José Augusto de Barros, representante da Secretaria Nacional Antidrogas; José Antônio Teixeira de Souza Vieira, representante dos Conselhos Estaduais do Sistema Nacional Antidrogas. Conselheiros Suplentes: Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, representante do Ministério das Relações Exteriores; Kleber Pessoa de Melo, representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde; Ronaldo Urbano, representante do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, representante da Secretaria Nacional Antidrogas. Ministérios Convidados: Edward John Baptista das Neves MacRae, representante do Ministério da Cultura; Mara Matos Moreira, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Jany Coeli Rodrigues, representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, Coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico do Conselho Nacional Antidrogas.

2. A reunião contou, ainda, com a presença da Diretora de Política e Estratégias Antidrogas, Valéria Alpino Bigonha Salgado; do Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Nacional Antidrogas, Antônio Faust Luciano; do Assessor Especial de Planejamento, Execução Orçamentária e Ordenador de Despesa, Adão Airton da Rosa Silva; do Gerente do Observatório Brasileiro sobre

Drogas, João Alfredo da Silva Sinício; do Assessor Internacional, LuísIVALDO Villafañe Gomes Santos e da Secretária do Conselho Nacional Antidrogas, Maria de Lourdes Carvalho Soares.

3. Item 1 – ABERTURA. O Senhor Ministro e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas, Jorge Armando Félix, cumprimentou os Conselheiros e demais pessoas presentes à reunião e abriu os trabalhos mencionando que o Conselho Nacional Antidrogas possui uma agenda ativa e está conseguindo transformar idéias em realidade e que algumas das deliberações do Conselho, realizadas em 2003 e aprovadas, praticamente, por unanimidade estão se consolidando, como é o caso da instalação de algumas Câmaras Temáticas. Ressaltou a importância do exercício do debate, da discussão e do planejamento, mas afirmou que é importante começar a fazer e que todos os membros do Conselho, cada um dentro de sua área deve ter claro o compromisso de fazer mais e obter os resultados esperados. O Presidente do Conselho comentou que o Projeto de Lei que altera a atual legislação sobre drogas no País foi aprovado na Câmara dos Deputados. Exaltou o papel do Deputado Paulo Pimentel no processo. A respeito, mencionou que talvez não tenha sido o “projeto dos sonhos”, mas seguramente, obteve-se um bom resultado, haja vista, o trabalho realizado em equipe e às divergências históricas e conjunturais encontradas. Mencionou as expectativas de dificuldades que seriam encontradas para a aprovação junto ao Senado Federal. Informou ainda, que estão programados para este ano três importantes eventos: o Seminário sobre “Substâncias Canabinóides em Medicina”, junto ao CEBRID, e do Seminário Internacional de “Políticas Públicas sobre Drogas”, que se espera contar com a participação de Portugal, Itália, Suíça, Suécia, Inglaterra e Canadá, países esses que já foram convidados oficialmente, para que possam apresentar, a fim de conhecimento, suas políticas sobre drogas. E por último, a realização do III Fórum Nacional Antidrogas, para que se possa rediscutir a Política Nacional Antidrogas. Encerrou fazendo referência ao compromisso do Conselho, que tem que ser a realização com resultados e passou a palavra ao Secretário-Executivo do CONAD.

4. O Senhor Secretário-Executivo do CONAD, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, iniciou sua exposição com o comentário de que a nova Lei sobre drogas altera a denominação do Sistema Nacional Antidrogas para Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Acrescentou que, em um momento posterior à aprovação da Lei, também serão alteradas as nomenclaturas do Conselho Nacional Antidrogas e da própria Secretaria Nacional Antidrogas, para Conselho Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, respectivamente.

5. Item 2 – ATA. Em prosseguimento às atividades previstas na pauta da reunião o Senhor Secretário-Executivo solicitou à Secretaria do CONAD que procedesse à coleta de assinaturas dos Conselheiros na Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho, já previamente analisada pelos membros do CONAD. A Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional Antidrogas, de 01 de outubro de 2003, foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado.

6. Item 3 – ASSINATURA DA RESOLUÇÃO QUE INSTITUI OS REGIMENTOS INTERNOS DAS CÂMARAS TÉCNICAS E CÂMARAS DE ACESSORAMENTO TÉCNICO - CIENTÍFICO DO CONAD. O Secretário-Executivo do CONAD convidou o Presidente do CONAD a assinar a Resolução que institui os regimentos internos das Câmaras Técnicas e de Assessoramento Técnico-Científico e o documento de instalação da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico. O Presidente do CONAD assinou os documentos.

7. O Secretário-Executivo ressaltou a importância das Câmaras Técnicas como mecanismos de participação da sociedade na redução da demanda e da oferta de drogas, permitindo a formação

de consensos na definição de diretrizes estratégicas para a ação do governo. Em seguida, passou a palavra à Diretora de Política e Estratégias Antidrogas da SENAD.

8. Item 4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS E DE ASSESSORAMENTO DO CONAD. A Diretora de Política e Estratégias, Valéria Alpino Bigonha Salgado, fez uma breve retrospectiva das etapas do processo de reestruturação do CONAD e instituição das câmaras técnicas e de assessoramento cumpridas até o momento: aprovação dos regimentos internos das Câmaras Técnicas e de Assessoramento pelos Conselheiros; assinatura da Resolução pelo Presidente do CONAD que oficializa os regimentos internos e a indicação ao Plenário, dos Órgãos que vão coordenar as Câmaras Técnicas de Prevenção, de Tratamento, de Redução de Danos, de Redução da Oferta e do Especialista que coordenará a Câmara de Assessoramento Técnico-Científico, aprovadas em votação virtual do CONAD, realizada no período de 09 a 12 de março de 2004, cujos resultados foram apostos no Portal do CONAD, no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID. Informou que foram assinadas duas Portarias Interministeriais com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, a primeira com o Ministério da Educação e a segunda com o Ministério da Justiça, instituindo as Câmaras Técnicas Temáticas de Prevenção e a de Redução da Oferta, respectivamente. Esclareceu que nessa reunião, os coordenadores seriam oficialmente empossados e que os mesmos já procederiam a indicação dos membros das comissões implantadas para submeter à aprovação deste Conselho, nesta reunião ou em reunião virtual. Comunicou que cada Câmara teria um Portal no OBID, para promover reuniões virtuais e, assim, otimizar custos e aumentar a amplitude de participação dos diversos agentes públicos e sociais que nela se integrarem. A Diretora lembrou que cada Câmara Temática, conforme estabelece o Regimento Interno, deverá realizar no mínimo duas reuniões ordinárias, preferencialmente uma por semestre, além de promover um evento oficial dentro do calendário do próprio Conselho relacionado à área de atuação da mesma. Lembrou, ainda, que as reuniões deverão ser registradas em atas e posteriormente encaminhadas à SENAD, para que seja divulgada neste Conselho. Comentou que, em relação à Câmara de Assessoramento, as reuniões ficarão condicionadas à necessidade de atendimento às demandas do CONAD ou da SENAD, podendo ser reuniões presenciais ou até mesmo virtuais, mas devendo também ser registradas em atas e comunicadas à SENAD. Finalizando, passou a palavra ao Gerente do Observatório Brasileiro sobre Drogas.

9. Procedimentos necessários para obter acesso ao Portal do OBID e das Câmaras Técnicas e/ou de Assessoramento no ambiente OBID. O Gerente do OBID esclareceu aos Conselheiros que o usuário pode acessar os portais restritos ao CONAD e/ou às Câmaras Técnicas pelo endereço do OBID: www.obid.senad.gov.br na Internet, e a partir desse, entrar em ambiente fechado aos integrantes do Conselho ou das Câmaras, ou até mesmo dos Portais de alguma Câmara que já estão sendo finalizados. O Secretário-Executivo do CONAD retomou a palavra e reforçou a importância de que todos possam se familiarizar com o Portal e com esse tipo relacionamento virtual, o que permitirá contato permanente entre os conselheiros.

10. Item 5 – INSTALAÇÃO DA CÂMARA DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO. O Presidente do Conselho Nacional Antidrogas empossou o Coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico, Professor Elisaldo Luiz de Araújo Carlini. O Professor Carlini agradeceu ao Presidente do CONAD por ter sido escolhido e reafirmou seu compromisso em tornar a Câmara atuante e ativa. Informou ao Colegiado sobre o simpósio que será realizado em São Paulo, nos dias 15 e 16 de abril de 2004, onde serão discutidos dois temas: “O princípio ativo da maconha: o Delta 9 THC” e a “Situação legal e de uso da epidemiologia do uso da maconha nos diferentes continentes”, que contará com a participação de autoridades dos

seguintes Países: Inglaterra, Holanda, Áustria e Estados Unidos. Informou ainda, que haverá mesa redonda, onde será discutido "o que o Brasil pode dizer em termos legais". Finalizou comentando sobre o papel, preponderante do Brasil na Lei Internacional sobre a criminalização da maconha. A seguir, o Secretário-Executivo do CONAD ressaltou a importância deste simpósio, como oportunidade de discussão para que se possa chegar ao final do ano, com mais subsídios para o III Fórum Nacional sobre Drogas.

11. O Conselheiro jurista, Alberto Zacharias Toron, parabenizou o Presidente do CONAD pela escolha do Professor Carlini como Coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico, e ressaltou o grande avanço com a criação da nova Lei, que ao seu entender, é mais justa, mais saudável e mais humana com os usuários de drogas.

12. O Secretário-Executivo do CONAD informou a todos o recebimento de uma mensagem do Professor Evaldo de Melo, que havia sido indicado como substituto do Coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico, na qual o mesmo agradece ao convite, mas que, por motivos pessoais, encontra-se impossibilitado de aceitá-lo. O Secretário-Executivo esclareceu que o Professor Carlini deverá indicar um novo nome para ocupar a lacuna.

13. A seguir, o Professor Carlini apresentou os membros indicados para compor a Câmara de Assessoramento Técnico-Científico: o Dr. Francisco Bastos (Doutor em Saúde Pública que trabalha na Fiocruz do Rio de Janeiro), o Dr. Flávio Pechanski (Professor Centrado em psiquiatria e Diretor do Centro de Pesquisa de Drogas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o Dr. Edward John Batista das Neves MacRae (Doutor em Antropologia da Universidade Federal da Bahia), o Dr. Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá (Jurista e membro do antigo CONFEN), o Dr. Cláudio Cohen (Doutor em Psicologia Social da Universidade de São Paulo), o Dr. Marcelo Araújo Campos (Médico, atuante na área de prevenção às conseqüências do uso de drogas principalmente na área de DST/AIDS) e a Dra. Maria de Lourdes de Sousa Zemel (Psicóloga e Doutora especializada em psicologia da adolescência e da família que presidiu o Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo).

14. O Secretário-Executivo do CONAD abriu espaço para a apreciação e considerações dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Alberto Zacharias Toron, validou as indicações e fez referência elogiosas a alguns nomes como Maria de Lourdes de Sousa Zemel e John Batista Edward MacRae.

15. O Secretário-Executivo do CONAD submeteu ao Plenário as indicações para a composição da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico, propostas pelo Professor Carlini, e não havendo nenhuma consideração em contrário, considerou aprovada a relação de nomes.

16. Em seguida, o Secretário-Executivo do CONAD, apresentou a PRIMEIRA DEMANDA DA CAMARA DE ASSESSORAMENTO TECNICO-CIENTIFICO: proceder ao estudo e emissão de parecer técnico-científico a respeito do uso do chá Ayahuasca - histórico do uso das substâncias, contextos de uso das substâncias, constituintes químicos ativos na substância, ação farmacológica da substância, possíveis efeitos tóxicos e o mecanismo de ação da substância no organismo humano. Esclareceu que o parecer deverá ser encaminhado à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas em prazo determinado por aquele órgão.

17. O Conselheiro da Associação Médica Brasileira, João Carlos Dias, solicitou à Secretaria-Executiva do CONAD que fizesse chegar à Câmara de Assessoramento Técnico-Científico o

parecer que foi elaborado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, já apresentado neste Conselho, como subsídio ao trabalho da Câmara.

18. O Conselheiro do Ministério da Defesa, Waldomiro Bezerra de Melo, apresentou o posicionamento do Ministério da Defesa quanto à liberalização do uso do Chá Ayahuasca julgando que devam constar restrições ao uso, limitando-o apenas aos rituais religiosos realizados no interior dos templos, evitando, assim, que celebrações religiosas com o uso de substâncias lícitas ou ilícitas, que possam levar a situações de entorpecimento ou alucinações, venham a ser realizadas no interior de unidades militares.

19. O Secretário-Executivo do CONAD explicou que a Câmara de Assessoramento Técnico-Científico tratará apenas a questão científica da Ayahuasca, e quanto à liberação ou não da mesma, o Conselho tomará as suas deliberações em ocasião futura. O Conselheiro Edward John Batista MacRae informou da existência de relatórios realizados pelo CONFEN, dos quais foi relator o Dr. Domingos Bernardo, e que devem ser utilizados como insumos para estudos da Câmara.

20. O Professor Carlini divulgou, ainda, que se encontra disponível, no Portal do CEBRID-OBID, cerca de 40 ou 50 publicações científicas, livros, teses e artigos científicos sobre o chá Ayahuasca.

21. Item 6 – INSTALAÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS TEMÁTICAS DE PREVENÇÃO E DA REDUÇÃO DA OFERTA. O Secretário-Executivo do CONAD informou que foram assinadas as Portarias Interministeriais que instalam as Câmaras Técnicas Temáticas de Prevenção e a Câmara Técnica Temática de Redução da Oferta, pelo Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, pelo Ministro da Educação e pelo Ministro da Justiça, respectivamente.

22. O Presidente do CONAD convidou a Conselheira do Ministério da Educação, Lúcia Helena Lodi, e o Conselheiro do DPF- Ministério da Justiça, Ronaldo Urbano, para assinarem os Termos de Posse, como Coordenadores das Câmaras Técnicas Temáticas de Prevenção e Redução da Oferta, respectivamente.

23. A Coordenadora da Câmara Técnica Temática de Prevenção agradeceu e ressaltou a importância do projeto de curso de capacitação de professores e demais membros da equipe escolar realizado entre o MEC e a SENAD. Comentou sobre o Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional sobre drogas, que com a nova terminologia foi especialmente educativo e levou a constituir, na medida do possível, um consenso entre as diferentes áreas governamentais e Poder Legislativo. Mencionou ainda, o processo de reestruturação do Conselho, incluindo a criação das diferentes Câmaras, o que resultará numa maior agilidade e qualidade nas ações, e mais ainda, contemplando uma outra reivindicação que estava posta há algum tempo - a incorporação de importantes seguimentos da sociedade civil na discussão dessa temática, na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas.

24. A seguir, a Coordenadora indicou os órgãos da administração direta e um conjunto de instituições que representam a sociedade civil e que estão comprometidas com a construção, com a melhoria da qualidade de vida, preocupadas com o desenvolvimento pleno dos cidadãos e das cidadãs, e algumas, nem sempre diretamente relacionadas, mas com implicação direta. Apresentou, primeiramente, os órgãos da Administração Pública Direta: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,

Fundação Nacional do Índio, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a SECOM. Quanto às indicações de organizações da Sociedade Civil, apresentou os seguintes: Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras-CRU, União dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, Conselho Nacional de Secretários da Educação-CONSEDE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE, União Nacional dos Estudantes-UNE, todas ligadas à questão da educação básica e ensino superior, contemplando a representação de todos os seus seguimentos, continuou relacionando: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, Serviço Social da Indústria-SESI, Serviço Social do Comércio-SESC, representação dos dirigentes das instituições de Ensino Superior, Sindicato dos Mantenedores das Instituições de Ensino Superior Privado, Agência de Notícias da Infância, Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas, Escola de Pais do Brasil, Escola de Pais, Instituto Ayrton Senna, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e o Adolescente, Instituto Ecos de Responsabilidade Social, Itaú Cultural, Projeto Aprendiz, Associação Cultural de Meninos e Meninas de Rua. A Coordenadora justificou que a representação em maior número da sociedade civil se deve à possibilidade de recusas ao convite, haja vista que a participação de tais entidades envolve um grau de responsabilidade e de condições materiais.

25. O Secretário-Executivo do CONAD abriu espaço para considerações e aprovação dos nomes sugeridos pela Coordenadora da Câmara Técnica de Prevenção.

26. O Conselheiro da Associação Médica Brasileira, João Carlos Dias, sugeriu a participação dos grupos anônimos e também a participação da Associação Brasileira de Psiquiatria, e esclareceu que a ABP possui um programa de educação continuada em capacitação de pessoal da área de saúde mental em geral e da psiquiatria em especial.

27. A Coordenadora agradeceu a indicação do Conselheiro e submeteu a proposta à apreciação do Conselho. O Secretário-Executivo do CONAD sugeriu que a proposta de inclusão dos grupos anônimos na Câmara poderia ser posteriormente analisada, especificando-se quais os grupos de interesse, e lembrou que as indicações não são definitivas, ou seja, isto não significa que nenhuma outra instituição possa se incorporar à Câmara. Sugeriu, então, votar os nomes que a Coordenadora apresentou, acrescidos da Associação Brasileira de Psiquiatria. A Coordenadora ficou incumbida de fazer um estudo em relação aos grupos anônimos que seria levado ao Conselho. Em finalização ao assunto, o Secretário-Executivo do Conselho argüiu ao Plenário sobre alguma consideração adicional sobre as indicações propostas e, não havendo manifestação, considerou a lista de integrantes da Câmara aprovada. Em prosseguimento, passou a palavra para o Coordenador da Câmara de Redução da Oferta, para apresentação das indicações de composição d referida câmara.

28. Dando prosseguimento, o Coordenador da Câmara de Redução da Oferta agradeceu o convite e manifestou seu compromisso em tornar a Câmara forte. Informou que as indicações para a composição da Câmara são organizações diretamente ligadas à atividade de redução da oferta, sem perder de vista segmentos da Prevenção tais como: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por ser um órgão que tem uma coordenação com seguimentos de Redução de Oferta em todos os Estados da Federação; o Ministério da Fazenda, em virtude das Aduanas, tendo em vista o trabalho que desenvolvem nas regiões fronteiriças e nas regiões dos aeroportos onde existe um movimento muito grande de entrada ou de saída de drogas no País; além do COAF, pelo fato de ser um outro seguimento que possa colaborar de maneira direta com a Redução da Oferta, tendo em vista a integralidade de todo o sistema do crime organizado em que

entra a lavagem do dinheiro, que é o principal fomento das grandes organizações criminosas; a Agência Brasileira de Informações-ABIN, devido a sua atividade fim, em colaborar com os órgãos repressores, por meio dos dados que possui e dos conhecimentos que tem dentro da sua própria área, dadas as especialidades em suas funções; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA do Ministério da Saúde, pelo papel importantíssimo dentro desse contexto da Redução da Oferta, dada a sua atividade ligada à área de saúde, tanto na prevenção, como também com a área da Redução da Oferta, dada a sua finalidade de controlar os produtos, os precursores que redundam na fabricação da droga; o Ministério da Defesa, tendo em vista o contexto geral do crime organizado, do tráfico de drogas, da lavagem de dinheiro e das proteções fronteiriças ou de qualquer uma outra área, que se pode engajar de uma forma ou de outra, dentro do sistema de repressão ao tráfico ilícito de drogas.

29. Retomando a palavra, o Senhor Secretário-Executivo do CONAD abriu espaço para considerações do Plenário a respeito das indicações do Coordenador da Câmara Técnica de Redução da Oferta, o Sr. Ronaldo Urbano.

30. O Conselheiro jurista, Alberto Zacharias Toron, sugeriu a participação na Câmara Técnica de Redução da Oferta de um representante do Ministério Público Federal e de um representante do Ministério das Relações Exteriores, este último, dada a transnacionalidade da questão das drogas.

31. O Coordenador da Câmara de Redução da Oferta, Ronaldo Urbano, foi favorável quanto à participação do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação Geral de Atos Transnacionais-COCIT, e recomendou que o Ministério Público e até o Poder Judiciário pudessem ser engajados numa etapa posterior.

32. O Conselheiro jurista, Alberto Zacharias Toron, propôs a votação e aprovação do Ministério Público Federal como integrante dessa Câmara Técnica.

33. O Conselheiro da Polícia Federal, Getúlio Bezerra, lembrou que, de acordo com o Regimento Interno das Câmaras Técnicas, a competência para indicar seus membros é do Coordenador da Câmara. O Coordenador da Câmara de Redução da Oferta, Ronaldo Urbano, esclareceu não haver nenhuma restrição com qualquer agência que tenha poderes para fiscalizar, coordenar ou controlar segmentos da Redução da Oferta ou da Prevenção, e que a Coordenação encontra-se hoje num processo de aprendizagem, enfatizando assim, a inclusão do Ministério Público em oportunidade futura. Informou, ainda, que o critério de escolha foi a indicação de alguns nomes iniciais, os quais se pretende trabalhar, e depois numa segunda etapa, propor a inclusão ou até mesmo a exclusão de alguns órgãos. A Conselheira suplente do Ministério das Relações Exteriores, Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, agradeceu ao convite do Coordenador da Câmara de Redução da Oferta e demonstrou total interesse em colaborar nos trabalhos.

34. O Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Godinho Delgado, sugeriu encaminhar para votação, como recomendação, a inclusão do Ministério Público Federal. O Senhor Ministro manifestou sua posição favorável à participação do Ministério Público Federal na Câmara Técnica Temática de Redução da Oferta e comentou que, em conversa com o titular daquele órgão, esse demonstrou interesse em participar do CONAD. Concordeu, então, com a proposta anterior de incluir uma recomendação do Conselho Nacional Antidrogas à Câmara Técnica para que inclua o Ministério Público entre seus membros, tão logo seja oportuno.

35. O Senhor Ministro, Jorge Armando Félix, pronunciou-se favorável à participação do Ministério das Relações Exteriores, dadas as leis que regem a navegação aérea internacional e o

Secretário-Executivo do CONAD divulgou a indicação do Ministério das Relações Exteriores, por meio da COCIT, para compor a Câmara de Redução da Oferta e considerou aprovada uma recomendação para que a Polícia Federal analisasse a possibilidade de inclusão do Ministério Público na Câmara.

36. Dando prosseguimento à pauta, o Secretário-Executivo, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, passou a palavra ao Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro gabriel Godinho Delgado, para falar sobre as Câmaras de Tratamento e de Redução de Danos.

37. O Conselheiro iniciou mencionando o lançamento, pelo Ministério da Saúde juntamente com a SENAD e entidades da Sociedade Civil, do Relatório Mundial de Neurociências da OMS, que foi feito na SENAD, havendo em seguida sessão no Ministério da Saúde reunindo profissionais do campo da saúde pública. Foi feito também o lançamento em São Paulo no dia seguinte, sexta-feira, na UNIFESP, inclusive, com a participação do Dr. Carlini, na Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas-ABEAD, e no Rio de Janeiro, na Universidade Federal juntamente com a Associação Brasileira de Psiquiatria-ABP, com a presença do Dr. João Carlos. Afirmou que a escolha do Brasil para o lançamento desse documento foi motivo de orgulho. Mencionou a grande expectativa pelos dirigentes da Organização Mundial de Saúde – OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, que se deslocaram de Washington até aqui para o lançamento desse Relatório e mencionaram, publicamente, que têm uma grande expectativa de que o Brasil possa encaminhar uma boa solução de política pública para a atenção e prevenção no campo do álcool e outras drogas.

38. Esclareceu, ainda, que a posição do Ministério da Saúde em relação às Câmaras Técnicas Temáticas é absolutamente favorável ao bom trabalho de estruturação que a SENAD está realizando, e que sem dúvida ampliará a capacidade de execução e mesmo de mobilização de opiniões que a Secretaria possui. Registrou ainda, o interesse do Ministério da Saúde em contribuir da melhor maneira possível e formalizou um pedido de desculpas ao plenário em virtude da não participação, na última reunião virtual no OBID, por impedimentos comuns de data, horário e agenda, conhecidos por todos, a qual aprovou, de fato, a implantação da Câmara Técnica Temática de Tratamento e da Câmara Técnica Temática de Redução de Danos e informou que o Ministério da Saúde considerava que essa aprovação era favorável, embora a deliberação tenha ocorrido em reunião da qual o Ministério da Saúde não participou. Enfatizou que não se tratava de reclamação do Ministério e reforçou que sua participação não se deu por motivos de impedimentos já discutidos nesse plenário.

39. O Secretário-Executivo do CONAD esclareceu ao Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Godinho Delgado, que a idéia de separar as Câmaras de Tratamento e de Redução de Danos foi apresentada pelo Ministério da Saúde, mas que poderia ser acatada nova sugestão. Questionou, então, qual era a proposta do Ministério da Saúde com relação às Câmaras.

40. O Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Godinho Delgado, explicou que o Ministério está apresentando ao plenário, a proposta de restaurar a idéia original de duas Câmaras, não que sejam áreas separadas, mas no sentido de obter um espaço próprio da Redução de Danos e dar maior visibilidade, maior força a essa estratégia. Informou que ele será o indicado pelo Ministério da Saúde para coordenar a área de Tratamento, e que para a área de Redução de Danos, o Ministério da Saúde está indicando o Programa de DST/AIDS, da Coordenação do Programa de DST/AIDS. Submeteu a proposta do Ministério da Saúde de restaurar a idéia original de duas Câmaras Temáticas, apesar de já ter sido aprovada anteriormente. Comprometeu-se a encaminhar

uma Portaria criando as duas Câmaras assinadas pelo Ministro Jorge Armando Felix e pelo Ministro Humberto Costa. Antecipou que, seguindo o próprio Regimento, a composição da Câmara de Tratamento, além das pessoas que a compõem junto com a Coordenação de Saúde Mental e com Álcool e Drogas, abrangerá em termos de componentes, uma pessoa que represente a área jurídica, no sentido de trazer sempre um suporte para discussão em virtude de implicações entre a questão penal e a questão legal, um representante do Grupo Técnico Interministerial de Álcool, um representante da área de direitos humanos e uma representação do Centro de Estudos da Violência. Explicou que a consulta tem sido feita com a USP ou com a Fiocruz, fontes do Ministério da Saúde, para compor junto com de especialistas que estão convocando da área de Tratamento, os últimos especialistas da área de atenção em Saúde Mental, Álcool e Drogas, e antecipou a indicação do Dr. Marcelo Cruz, para ser o Secretário da Câmara Técnica de Tratamento.

41. Informou, ainda, que quanto a Câmara de Redução de Danos, só poderia ser apresentada pela Coordenação responsável, que é a Coordenação do Programa de DST/AIDS, e que o nome provável para Coordenador é Denise Doneda, faltando tão somente a formalização do Coordenador do Programa, Alexandre Granjeiro. Finalizou solicitando ao plenário que aprovasse a restauração da idéia original de duas Câmaras Técnicas e que acrescentou que encaminharia posteriormente a composição para submeter ao plenário das duas Câmaras.

42. O Secretário-Executivo do CONAD colocou em votação os nomes do Conselheiro Pedro Delgado para a Câmara de Tratamento e da Dra. Denise Doneda para a Câmara de Redução de Danos, estabelecendo-se, portanto, a separação das Câmaras e acrescentou que o Dr. Pedro Delgado se comprometeu a encaminhar a Portaria para assinaturas do Ministro Humberto Costa e do Ministro Jorge Armando Félix para a posse dos respectivos Coordenadores, e em função disso, disponibilizar, pela internet, para votação virtual no OBID, os nomes dos indicados para a Câmara de Tratamento, bem como a Dra. Denise Doneda indicar, também, os nomes para a Câmara de Redução de Danos para que se pudesse com isso ganhar tempo. Abriu, então, espaço para considerações e não havendo voto contrário, considerou aprovados os nomes dos Coordenadores e a proposta de separação das Câmaras.

43. O Conselheiro da Associação Médica Brasileira, João Carlos Dias, registrou a defasagem no processo de instalação das Câmaras Técnicas Temáticas de Redução de Danos e de Tratamento em relação às instaladas nesta reunião, lembrando da necessidade de evitar maior atraso no processo do que o já ocorrido, à vista da importância do trabalho dessas Câmaras.

44. O Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Godinho Delgado, reformulou suas indicações para a Câmara de Tratamento, onde além das pessoas que compõem o Ministério de Saúde na área técnica existem duas importantes entidades que fazem estudo sobre violência, e de acordo com critérios a serem levantados a entidade que tiver maior contribuição na questão da violência associada ao consumo de drogas terá precedência. Em relação às pessoas de natureza técnica serão convidados o Serviço Universitário do Rio de Janeiro, de São Paulo e também o Conselheiro Antônio Néri da Universidade da Bahia; serão chamados três Centros Universitários, lembrando que aqui estão expostos apenas critérios quanto à participação e não propriamente o nome das instituições. Os especialistas da Câmara terão a representação de uma instituição ligada à antropologia, com contribuição para a questão das drogas e cultura, por exemplo o Museu Nacional. Da UFRJ, chamaria uma pessoa que discutisse a questão da legislação e direitos humanos associados à droga e finalmente, um representante do GTI de Álcool e Drogas, que já está discutindo essa questão desde maio do ano passado. Haveria também uma representação da

Secretaria Nacional Antidrogas, da Secretaria de Direitos Humanos ou de uma entidade de Direitos Humanos, ou seja, três especialistas além do Ministério da Saúde e uma pessoa da área da justiça que discuta a interface drogas. Assim o critério para a composição da Câmara seria tanto de especialistas em tratamento quanto da interface para a questão da política pública. Por último, o Conselheiro Pedro Gabriel Delgado ressaltou que, quanto a Redução de Danos somente a Coordenação do DST/AIDS poderia fornecer.

45. O Senhor Conselheiro da Associação Médica Brasileira, João Carlos Dias, sugeriu a participação da Associação Brasileira de Psiquiatria e considerando os dados epidemiológicos do uso e a questão do tabagismo, sugeriu também o Instituto Nacional do Câncer, do próprio Ministério da Saúde.

46. O Conselheiro do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, aceitou as duas sugestões.

47. Item 7 - PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DA DEMANDA DE DROGAS. O Secretário-Executivo do CONAD, falou sobre o macro objetivo de promoção e expansão da cidadania e do fortalecimento da democracia, que tem como um dos desafios preservar a integridade da Soberania Nacional, e dentro deste, está o Programa Nacional de Redução da Demanda de Drogas, que tem objetivos, diretrizes, estratégias, área de atuação e a responsabilidade da SENAD em fazer cumprir tal objetivo. Mencionou que o objetivo do programa do Brasil em termos de redução nacional da demanda, é ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda de drogas, e que algumas dessas diretrizes já foram estabelecidas pelo próprio CONAD. Comentou sobre a busca em abrir espaços para participação social que vai ao encontro do que está sendo feito com as Câmaras Técnicas e a integração de políticas públicas setoriais com a Política Nacional de Drogas, junto aos Ministérios, além do alinhamento da PNAD com a Legislação Nacional, e da promoção do conhecimento nacional sobre drogas para garantir rigor científico às ações. Afirmou também que a SENAD busca, a nível nacional, organizar, articular e integrar os agentes do SISNAD, bem como, articular e integrar a sociedade, os poderes públicos e a comunidade internacional. Explicou que a Secretaria está conduzindo seus trabalhos, com base em três grandes estratégias: a Promoção e Socialização do Conhecimento Técnico-Científico; o Fortalecimento da Estrutura do SISNAD e o Suporte ao SISNAD. Esclareceu que a Secretaria Nacional Antidrogas está promovendo a socialização do conhecimento a partir das diversas áreas de atuação, tais como, na estratégia 1: diagnóstico situacional, produção do conhecimento, capacitação de agentes, desenvolvimento de metodologias e socialização do conhecimento; na estratégia 2: reorganização do SISNAD, gestão das estruturas e o acompanhamento da avaliação e a cooperação internacional; e na estratégia 3: a gestão do OBID e a gestão do Fundo Nacional Antidrogas.

48. Informou que, quanto aos diagnósticos situacionais, será realizado ainda este ano, o 1º Mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de drogas. Haverá o 2º Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de drogas, a identificação de projetos regionais para experiências piloto na área de Prevenção, muitos projetos interessantes que são pouco conhecidos no Brasil, além do Projeto Nacional sobre Padrões de Consumo de Alcool, que já se encontra em andamento e que está sendo executado em parceria com a UNIAD - Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas; de Diagnósticos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; e de Estudantes e Adolescentes em Instituições de Ensino Fundamental e Médio. Mencionou ainda, a produção do conhecimento, a elaboração de guias de orientação básica sobre prevenção, de guias de orientação para a criação de conselhos municipais, além de uma definição da rede de excelência, e a formação de grupos de colaboradores "ad hoc" e especialistas da comunidade. No que diz respeito à capacitação de agentes, já está

havendo uma capacitação dentro das comissões internas de prevenção de acidentes e profissionais de RH em Saúde e Segurança do Trabalho, por meio do convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, executado pelo SESI Nacional, para atingir a todas as CIPAS desse país. Há também a capacitação de todos os professores do Ensino Público Fundamental e Médio em parcerias com o Ministério da Educação, começando com o projeto piloto para 5 mil professores, conselheiros municipais de educação, tutelar e saúde, e também uma parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Ministério da Defesa, preparando para capacitar, esse ano, todos os reservistas das Forças Armadas que prestem o serviço militar. A respeito do desenvolvimento de metodologia, há um trabalho junto ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas - CEBRID para desenvolvimento de metodologia de pesquisas, buscando com isso obter um padrão de metodologia no País, a definição de modelos da rede social de apoio à rede pública de usuários de drogas, e finalmente, a socialização do conhecimento, com a reestruturação do Sistema 0800, a elaboração de um glossário sobre termos referências sobre drogas, a renovação das cartilhas, e como já foi dito aqui pelo Ministro Jorge Armando Felix e pelo Elisaldo Carlini, o Simpósio Nacional sobre a Maconha e um Simpósio Internacional sobre Prevenção de Drogas, do qual o Ministro Felix falou aqui na abertura.

49. Reorganização do SISNAD - Com relação a este tema, tem-se a instalação plena do modelo matricial, a orientação aos Conselhos Estaduais do Sistema para que possam se organizar alinhados ao CONAD, e o alinhamento estratégico das estruturas do Sistema nas três esferas do Governo. No que diz respeito à gestão das estruturas, tem-se o desenvolvimento de gestão das Câmaras Técnicas, a promoção dos Encontros dos Conselhos Estaduais do Sistema, a Promoção do VIII Encontro dos Presidentes de Conselhos Estaduais do Sistema Nacional Antidrogas, a partir do dia 31 deste mês, o acompanhamento do processo de planejamento dos Conselhos Estaduais do Sistema e o acompanhamento e a avaliação. Terá início, ainda, o ciclo de avaliação, a elaboração de instrumento de indicadores para acompanhar os Conselhos Estaduais, e a realização do 1º Ciclo de Acompanhamento da Ação Estadual de Redução da Demanda. Em relação à cooperação internacional, tem-se a Coordenação da participação do Brasil no Mecanismo de Avaliação Multilateral da CICAD, participação de fóruns multilaterais da ONU, da CICAD, da OEA e do Mercosul, a participação de fóruns bilaterais no que diz respeito à gestão do OBID, já que está em implantação final da estrutura do OBID e reforçando a estrutura do OBID, ampliando a sua base de dados e o seu alcance com a criação de novos portais, implantando um Sistema Tecnológico de Gestão do CONAD, fortalecendo a rede da SENAD com os Conselhos Estaduais, e finalmente, a Gestão do Fundo Nacional Antidrogas, expandindo a receita, descentralizando as ações através de convênios com os Estados, da realização de 05 Leilões pela SENAD sendo os demais realizados pelos Estados, e o apoio aos órgãos do Sistema, por meio da doação de bens já considerados perdidos ou de custódia. Comentou ainda sobre a VI Semana Nacional Antidrogas, de 19 a 26 de junho de 2004 e o III Fórum Nacional Antidrogas.

50. ENCERRAMENTO. O Sr. Presidente do Conselho Nacional Antidrogas agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Maria de Lourdes Carvalho Soares, Secretária do Conselho Nacional Antidrogas, para constar, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros do CONAD.

Jorge Armando Félix
Presidente do Conselho Nacional Antidrogas

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa
Secretário-Executivo do Conselho Nacional Antidrogas

Titular: Getúlio Bezerra Santos
Representante do Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça

Titular: Waldomiro Bezerra de Melo
Representante do Ministério da Defesa

Titular: Pedro Gabriel Godinho Delgado
Representante do Ministério da Saúde

Titular: Lúcia Helena Lodi
Representante do Ministério da Educação

Titular: Francisco Carlos Matos Félix
Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda

Titular: Zeno Holanda Costa Cavalcanti
Representante do Ministério da Previdência Social

Titular: João Carlos Dias
Representante da Associação Médica Brasileira

Titular: José Augusto de Barros
Secretaria Nacional Antidrogas

Titular: José Antônio Teixeira de Souza Vieira
Representante dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes e/ou Antidrogas

Titular: Alberto Zacharias Toron
Representante Jurista

Suplente: Ronaldo Urbano
Representante do Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça

Suplente: Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
Representante do Ministério das Relações Exteriores

Suplente: Kleber Pessoa de Melo
Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde

Suplente: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Representante da Secretaria Nacional Antidrogas